

O novo perfil do Investimento Direto no País.

Observa-se concentração de IDP no setor primário no Brasil em detrimento de investimentos em atividades industriais. A magnitude dessa concentração é atípica mesmo entre outras economias emergentes. Essa preponderância do IDP no Brasil no setor primário, acentuada desde 2019, traz implicações de longo prazo.

Os ingressos de Investimentos Diretos Estrangeiros vêm demonstrando resiliência nos últimos anos. O volume máximo de ingressos desses investimentos no Brasil ocorreu no ano de 2011, com volume de US\$ 97,4 bi. Esse volume recuou para US\$ 50,0 bi em 2015, mas voltou a se recuperar nos anos seguintes. De fato, o volume de ingressos de IDE atingiu US\$ 72,0 bi no ano passado. Com isso, a economia brasileira manteve-se na sexta posição no *ranking* das economias com mais ingressos de IDE no Mundo, com entradas equivalentes a 4,7% dos fluxos globais de IDE.

Essa resiliência dos fluxos de investimentos diretos ocorre de maneira desigual entre os diferentes setores da economia da economia brasileira. Na verdade, a evolução setorial dos influxos de Investimentos Diretos no País (IDP) indica mudanças significativas em seu perfil desde 2011, quando atingiu seu volume máximo. A participação agregada de setores de prestação de serviços, primeiramente, manteve-se relativamente estável desde então, entre 45% e 53% do IDP total, com exceção dos anos de 2014 e 2017. O que se observa é uma alteração em sua composição: o IDP em Serviços realizado nos setores de comércio e telecomunicações perdeu participação no IDP total nos últimos anos em favor dos setores de eletricidade, gás e saneamento, conforme figura a seguir.

INGRESSOS DE INVESTIMENTOS DIRETOS NO PAÍS (1)

DISTRIBUIÇÃO POR SETORES SELECIONADOS - %

	Média 2011 - 2018	Média 2019 - Jun20
Setor primário	14,3	24,9
Extração de petróleo e gás	8,3	17,2
Extração de minerais	2,9	4,5
Indústria	34,6	22,7
Metalurgia	4,7	0,7
Produtos alimentícios	4,1	2,5
Produtos químicos	4,1	3,0
Produtos farmacêuticos	1,4	0,5
Veículos automotores	6,2	4,4
Papel e celulose	1,4	3,5
Equipamentos elétricos	1,3	1,9
Serviços	50,6	51,9
Comércio	9,6	8,0
Serviços financeiros	5,4	5,6
Seguros e previdência	2,9	2,5
Eletricidade, gás e saneamento	6,8	10,7
Transporte	2,5	3,3
Armazenamento	1,9	1,8
Telecomunicações	3,8	1,2

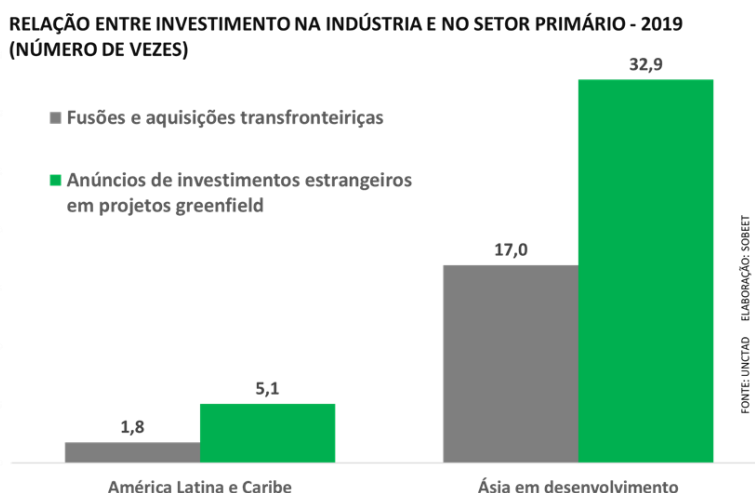
FONTE: BCB. ELABORAÇÃO: SOBEET (1). Participação no capital, exceto lucros reinvestidos

As mudanças no perfil dos ingressos de IDP no Brasil não param por aí. Pelo contrário. Os demais setores apresentam mudanças ainda mais significativas. Observa-se na mesma figura que a participação das entradas de IDP na indústria é decrescente. Os principais destaques negativos ficam por conta dos setores de veículos automotores e de metalurgia, com reduções acentuadas de suas participações no total do IDP ingressado no Brasil ao longo dos últimos anos. A exceção fica por conta do IDP no setor de papel e celulose. Não fosse a participação deste, com atividade integrada à agricultura, a participação do IDP da indústria no IDP total seria ainda menor.

A perda de participação de investimentos diretos em setores industriais no total do IDP ingressado no Brasil nos últimos anos deu-se em favor de investimentos diretos realizados em atividades no setor primário. As entradas de IDP em atividades voltadas ao extrativismo mineral apresentam participação crescente ao longo dos últimos, conforme se observa na mesma figura anterior. Destaca-se em especial a atração de IDP para a extração de petróleo e gás natural. Este já constitui o setor da economia brasileira que mais recebe investimentos diretos.

Em outras palavras, há tendência de concentração de IDP no setor primário no Brasil em detrimento de entradas de IDP em atividades industriais. Estas perdem espaço para investimentos em atividades extrativistas na economia brasileira. Essa tendência se acelerou no passado recente. O IDP na indústria foi em média 2,4 vezes superior ao IDP em atividades extrativistas entre os anos de 2011 a 2018. Essa relação decaiu para 0,9 desde 2019. Ou seja, nos últimos 18 meses o Brasil recebeu mais IDP em atividades extrativistas do que em atividades industriais, em especial no setor de petróleo e gás.

Seria tal concentração de influxos de IDP no setor primário uma realidade observada apenas na economia brasileira ou seria típica de economias emergentes? Dados da Unctad indicam que essa concentração não é o padrão em economias emergentes, conforme figura a seguir. Se a relação entre ingressos de IDP na indústria e no extrativismo é de 0,9 no Brasil, na média das economias latinas essa relação varia entre 1,9 e 5,1. Na média das economias asiáticas em desenvolvimento essa relação varia entre 17 e 32,9. Ou seja, a preponderância no Brasil de ingressos de IDP no setor primário sobre ingressos de IDP em atividades industriais não ocorre na média de outras economias emergentes.



Esse destaque no Brasil de influxos de IDP no setor primário, acentuada desde 2019, nos traz implicações de longo prazo. A primeira implicação poderá estar na crescente condicionalidade de ciclos de investimento estrangeiros à evolução de preços de *commodities*. Além disso, a geração de empregos desse novo perfil de IDP pode ser inferior ao do perfil anterior. Afinal, atividades de extração de petróleo, gás e minérios tendem a ser menos intensivas em mão-de-obra do que atividades industriais e de prestação de serviços. Há também que se questionar se esse novo perfil do IDP apresenta as mesmas possibilidades observadas no passado de transmissão e difusão de conhecimentos, competências e habilidades das empresas estrangeiras para empresas brasileiras.



Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica

Diretor presidente: Luís Afonso Fernandes Lima

Diretor vice-presidente: Reynaldo Passanezi

Diretor - tesoureiro: Frederico Araujo Turolla

Diretores:

Ana Lucia Castagnari Marra

Ernesto Lozardo

José Augusto Guilhon Albuquerque

José Roberto de Araújo Cunha Júnior

Nicola Basile Tingas

Marcelo Petersen Cypriano

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: Rubens Antonio Barbosa

Conselheiros: Antônio Correa de Lacerda, Armando Castelar Pinheiro, Arno Meyer, Carlos Kawal, Christian Lohbauer, Gustavo Franco, Henrique de Campos Meirelles, John Edwin Mein, Marcelo Resende Allain, Maria Helena Zockun, Octavio de Barros, Otaviano Canuto, Renato Baumann, Ricardo Bielschowsky, Rubens Ricupero, Sandra Polonia Rios, Vera Thorstensen, Virene Roxo Matesco.

